

PONTO DE VISTA

- 763 Aplicação do dever de diligência aos conselheiros de administração de estatais
Fábio Tokars

DOCTRINA

- 765 Estatais e contratação privada
Bernardo Strobel Guimarães
- 769 Implicações da Lei nº 13.019/14 no âmbito dos municípios
Sérgio Veríssimo de Oliveira Filho
- 776 Imóvel para instalação de serviço público – Soluções legais – Princípios a serem preservados na escolha da solução adequada
Edite Hupsel

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 784 Subcontratação – Condições e limites para utilização no âmbito dos contratos administrativos
- 791 Contratação emergencial – Requisitos a serem observados
- 796 Percentual mínimo de portadores de deficiência empregados pelos licitantes – Critérios de desempate e preferência
- 802 Lotes fracassados – Alternativas para a contratação
- 808 Orçamento desatualizado em licitação para contratação integrada – Procedimento a ser adotado
- 812 Administração central – Impacto sofrido em decorrência dos termos aditivos de prorrogação do prazo de execução

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 818 1. Quando entra em vigor a nova IN nº 05/17? Como serão regidos os contratos em andamento e formalizados de acordo com a IN nº 02/08? Esses contratos poderão ser prorrogados ou devem ser realizadas novas licitações, adequadas à IN nº 05/17?

- 819 2. Aplica-se o limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 aos contratos celebrados por meio de credenciamento?

- 821 3. É possível contratar auditório privado para realização de evento com amparo no inc. X do art. 24 da Lei nº 8.666/93?

- 823 4. Em certame realizado sob o regime do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), o valor de uma das propostas ficou dentro dos limites estabelecidos pelo art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93. É possível exigir a prestação de garantia adicional, na forma da Lei nº 8.666/93?

- 825 5. É possível prever repactuação em contrato envolvendo alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, mas que não envolva um serviço contínuo, ainda que se trate de contrato celebrado por seis meses?

- 826 6. No âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, como contratar serviços bancários de gerenciamento de folha de pagamento? É necessário licitar?

- 828 7. Qual deve ser o procedimento diante da realização de licitação por itens para participação exclusiva de micro e pequenas empresas (art. 48, inc. I, da LC nº 123/06) quando todos restarem desertos?

- 832 8. Como é visto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de despesas com *coffee break* e serviços de *buffet*? É possível incluir bebidas alcoólicas?

- 834 9. Em contratos de obras, o índice de reajuste previsto no contrato deve incidir sobre o valor inicial global pactuado ou sobre o saldo remanescente a ser executado?

- 836 10. As entidades do Sistema S podem prorrogar os contratos emergenciais?

839 **JURISPRUDÊNCIA**

848 **TRIBUNAIS DE CONTAS**

856 **LEGISLAÇÃO**

857 **BLOG ZÊNITE**